18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 29 - Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas nas periferias

Trabalho precário e controle da pobreza em assentamentos de reforma agrária[1]

Rosemeire Aparecida Scopinho – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Thainara Granero de Melo – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

[1] Apoio FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Introdução

A política de assentamento de reforma agrária implantada no Brasil nas últimas décadas pode ser entendida como uma resposta do Estado às pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos demandantes de terra em razão do desemprego estrutural no campo e na cidade. Para além da posse ou propriedade da terra, tal política tem oferecido recursos oriundos do Banco Mundial por meio dos Programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria para os que pretendem praticar a pequena agricultura. Contudo, a experiência organizativa dos assentamentos é contraditória porque a conquista da terra não necessariamente significa emancipação econômica e política. Pelo contrário, muitas famílias mantêm-se dependentes dos programas governamentais e verifica-se uma tendência de retorno ao mercado de trabalho urbano e/ou rural em busca de renda (Firmiano, 2016).

No campo interdisciplinar dos estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, a literatura sobre o tema tanto aponta os problemas estruturais que limitam e condicionam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, quanto analisa com otimismo o alcance das políticas públicas recentemente implantadas como medidas de controle da pobreza, especialmente a capacidade de determinados programas governamentais relacionados à criação de mercados institucionais, para dinamizar a rede de relações econômicas e sociais que os envolvem (Gomes e Ferrante, 2012; entre outros). Porém, são escassas as análises sobre como ocorre o processo de implantação das políticas no cotidiano dos sujeitos, as suas dificuldades de acesso aos programas e recursos, os descompassos existentes entre as diferentes esferas de governo por elas responsáveis, as interferências dos agentes mediadores no processo de aplicação e gestão dos recursos, entre outras lacunas. É importante supri-las para melhor aferir os resultados concretos e compreender as formas de participação dos sujeitos no processo de formulação, implantação, gestão e avaliação das políticas públicas.

Como acontece e que sentidos os trabalhadores rurais assentados atribuem à coexistência do trabalho precário, realizado na cidade e no campo, com a participação nas políticas públicas de fomento à pequena agricultura e de controle da pobreza? Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação que se estabelece entre trabalho precário, políticas públicas de controle da pobreza e processos de subjetivação de trabalhadores rurais assentados. O objetivo é discutir a configuração do trabalho e as estratégias para obter renda desenvolvidas pelas famílias de um assentamento de reforma agrária, com base em pesquisa empírica realizada entre

2014 e 2016. O Assentamento é composto por 79 famílias, está localizado na região de Ribeirão Preto-SP, possui dez anos de existência oficial, mas ainda não foi emancipado. As informações foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico e documental, observações diretas e entrevistas semiestruturadas realizadas com 70 famílias e gestores de políticas públicas, analisadas por meio de triangulação das fontes e organizadas em categorias temáticas que procuraram: a) caracterizar o território e as políticas de controle e erradicação da pobreza nele implantadas; b) analisar a configuração e o lugar do trabalho e dos recursos oriundos das políticas públicas na reprodução social dos trabalhadores; e c) analisar as representações sociais dos trabalhadores sobre o processo vivido. O percurso analítico parte da construção conceitual que articula os conceitos de trabalho precário, processo de inclusão-exclusão precária e insegurança social, sintetiza as categorias analisadas e as reflexões possibilitadas pelo estudo de caso realizado.

Precarização e reproletarização

Para compreender a configuração do trabalho e das estratégias desenvolvidas pelas famílias para obter renda, utilizamos a noção de *reproletarização* ao invés de *pluriatividade* por entender que os trabalhadores rurais assentados ao ocuparem a área buscavam fugir da insegurança do assalariamento e da precariedade do modo de vida urbano. A r*eproletarização* ocorre quando o trabalhador rural, depois de assentado ainda depende do mercado de trabalho, formal ou informal, inserindo-se em trabalhos precários, geralmente temporários, para complementar a renda familiar, obter um recurso adicional para investir na produção agrícola, pagar dívidas ou resolver uma emergência financeira, entre outros motivos.

Trabalho precário é aqui entendido como sinônimo de trabalho formal, informal ou autônomo realizado com meios de produção precários que põe em risco a saúde e a segurança de quem trabalha, cuja marca distintiva é a insegurança social dos trabalhadores porque os riscos da atividade são assumidos, exclusivamente, por eles (Kalleberg, 2009). Esses trabalhadores vivenciam a *precariedade* da própria condição de vida que Bourdieu (1998) e Castel e Haroche (2001) definem como um modo de vida caracterizado por uma situação geral de escassez de recursos materiais e simbólicos, pela ausência de condições que permitam ao sujeito viver com segurança e ser ativo no mundo. O trabalho precário, pelas suas características, inviabiliza a existência e a manutenção de projetos de

vida de longo prazo e cria um modo de viver que caracteriza um constante ir e vir na busca pela sobrevivência.

As consequências psicossociais desta forma de trabalhar e viver são danosas para os sujeitos. Para Bourdieu (1998), a precariedade é típica de um modo de dominação que deixa os sujeitos em estado geral e permanente de submissão e aceitação da ordem social excludente. A insegurança objetiva relaciona-se, estreitamente, com a insegurança subjetiva porque a primeira não permite elaborar projetos de vida de longo prazo, o que priva os sujeitos das estruturas temporais que organizam a vida social, degradam as relações que eles estabelecem com os outros e com o mundo e afetam, direta ou indiretamente, os que com ele convivem.

No Brasil, a reforma agrária tem sido operacionalizada por meio de um conjunto de políticas públicas que pretende solucionar os problemas decorrentes do trabalho precário e da situação social de precariedade, notadamente, o desemprego, a fome e a miséria, a exemplo dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar com doação simultânea e os de transferência de renda implantados nas últimas décadas (Menezes e Santarelli, 2013). Carvalho (2004) chamou este conjunto de *política compensatória de assentamentos rurais* porque apenas alivia os dramas relacionados à falta de moradia e segurança alimentar mas não altera, estruturalmente, a condição de vida (precária) dos assentados. Elas alimentam o que Martins (1997) chamou de *processo de exclusão-inclusão precária,* expressão do desenvolvimento capitalista que muda a forma e torna relativa a pobreza: mais do que econômica a pobreza passa a ser de ordem subjetiva e moral. *A vivência real da exclusão é constituída por uma série de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e também de inclusões enganadoras* (Martins, 2003, p. 21).

Para entender como os trabalhadores assentados representam e enfrentam esses processos compartilhamos com Jodelet (2001) da ideia de que as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive que devem ser entendidas a partir do seu contexto de produção, das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação que as fazem circular. É por meio dos sistemas simbólicos e dos significados produzidos pelas representações sociais, que o sujeito dá sentido à sua experiência e constrói o seu lugar na coletividade e na estrutura social. Elas não são visões abstratas sobre determinados fenômenos da realidade e tanto são geradas quanto se integram à

experiência e à prática social dos sujeitos refletindo a estrutura social, a ideologia e a cultura que as sustentam.

Com base neste referencial, nos orientamos pela hipótese de que os arranjos feitos pelas famílias para garantir a sobrevivência no Assentamento apenas mantêm na precariedade – no "ponto morto", como disse Castel (2004) – as suas condições de reprodução social e, sobretudo, podem enfraquecer o processo organizativo dos sujeitos para obter a emancipação real do projeto de assentamento. O trabalhador rural assentado não têm logrado alterar a sua condição social marcada pela precariedade e pela insegurança, ao contrário, a migração cotidiana em busca da sobrevivência pode significar desgaste, insegurança e fragilização dos vínculos sociais necessários para o processo de emancipação do Assentamento.

Ruralidades precárias

As transformações estruturais da sociedade brasileira nas últimas décadas provocaram desemprego na cidade e no campo e a reforma agrária ressurgiu como reivindicação de movimentos sociais organizados para solucionar os problemas socioambientais gerados pela concentração de terras e de renda e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Como resposta às mobilizações sociais e às ocupações de terras, o Estado criou uma política de assentamentos rurais que concedeu o uso de terras devolutas e desapropriadas e créditos especiais para as famílias assentadas e, mais recentemente, criou mercados institucionais para a comercialização da pequena produção, entre outras medidas tais como programas habitacionais, de eletrificação, de assistência técnica e de transferência de renda. Um assentamento rural pode ser entendido como uma comunidade que recebe subsídios e incentivos por meio de um conjunto de políticas públicas que pode envolver os diferentes níveis de governo e fica sob a tutela do Estado até que possa ser emancipada, ou seja, que tenha autonomia econômica e social. Na região de Ribeirão Preto, nas últimas décadas, foram criados cinco assentamentos rurais do tipo PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, cujas diretrizes legais condicionam o acesso à posse da terra à utilização de sistemas produtivos agroecológicos e ao modo organizativo associado.

No Assentamento estudado as famílias firmaram ainda um compromisso jurídico com essas diretrizes organizativas por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público da Comarca de Ribeirão Preto, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (órgão estatal

responsável pela implantação e gestão do projeto até o momento da emancipação) e os trabalhadores assentados. É indiscutível que essas condições sejam altamente desejáveis como formas organizativas do trabalho e da vida porque, em princípio, elas podem contribuir para solucionar os problemas econômicos e ambientais contemporâneos. Porém, na realidade analisada, elas foram impostas por lei e somente como obrigação para os pequenos produtores que, descapitalizados, não receberam os recursos materiais necessários e capacitação para cumpri-las, mas as aceitaram e executaram por falta de alternativas, mesmo contrariando os princípios cooperativistas autogestionários e de sustentabilidade e, sobretudo, os seus próprios costumes e vontades.

Depois de mais de uma década da implantação desses assentamentos, os trabalhadores ainda enfrentam problemas estruturais relacionados à insuficiência de créditos para investir na produção agrícola e de canais seguros e regulares para comercializar, assistência técnica, itens básicos de infraestrutura produtiva como água, condições de armazenamento e de processamento da produção, entre outros (Scopinho, 2012; Melo, 2014; Gonçalves, 2014). Os ganhos econômicos, políticos e subjetivos da luta social pela reforma agrária misturavam-se à insegurança social generalizada dada pela instabilidade da renda, o que não contribuía para solucionar ou mesmo amenizar a situação de pobreza que motivou a luta. A experiência organizativa desses assentamentos revelou um campo de contradições onde, do ponto de vista da segurança social dos trabalhadores assentados, ainda não é possível concluir o balanço sobre os ganhos e as perdas em termos de melhorias reais das condições de vida. A falta de título de posse da terra impedia o acesso aos créditos para investimento e a estrutura produtiva encontrava sérios limites para produzir em escala que pudesse significar a superação da pobreza e a melhoria real das condições de vida das famílias assentadas na região que, contraditoriamente, concentra as mais importantes agroindústrias do país.

Sem perspectivas de emancipação em curto e médio prazo, o lado da “vida de assentado”, estabelecia-se (ou nunca fora interrompido) um processo de reproletarização que as fazia recorrer ao mercado de trabalho urbano, especialmente o informal, para sobreviver. O problema da inserção profissional dos jovens era ainda mais preocupante. O trabalho, rural ou urbano, era visto como *ajuda* para a família, estratégia provisória de subsistência econômica e de sociabilidade mantida até que aparecesse uma oportunidade melhor, preferencialmente urbana (Scopinho, 2014). Os trabalhadores jovens e adultos

autodenominavam-se *“andorinha”*: aquele que vai e vem no percurso assentamento−cidade−assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver, movidos pela insegurança social.

Um sobrevoo da “andorinha” pelo trajeto do seu “vai e vem” mostra como é possível sobreviver neste território. O Assentamento, localizado entre Serra Azul e Serrana e distante 40 km de Ribeirão Preto, estava imerso em um grande canavial entrecortado por condomínios residenciais, duas usinas-destilarias de açúcar e álcool, duas penitenciárias, pequenas áreas de reserva legal, matas ciliares que acompanham o Rio Pardo e outros menores e dois outros acampamentos de demandantes de terra que se formaram ao seu lado. Predominante na paisagem, o canavial tanto é motivo de preocupação pelos impactos socioambientais que a produção canavieira continua gerando, quanto de desenvolvimento desta região que, contraditoriamente, apresenta indicadores sociais e índices de vulnerabilidade social discrepantes entre os municípios que a compõem. Em 2015, Serra Azul somava 45% da população urbana e rural em situação de alta vulnerabilidade, 41,3% da população urbana em vulnerabilidade média e 13,6% tinha índices muito baixo e baixo. Serrana com 52,5% da população concentrada nos índices médio e alto (urbana) contra 47,5% nos índices muito baixo e baixo. Ribeirão Preto apresentava 85,8% da população com índices de vulnerabilidade baixíssima, muito baixa e baixa; somados, os índices de vulnerabilidade alta urbana, muito alta e alta rural atingiam apenas 7,7%. Em resumo, enquanto a população dos municípios menores estava concentrada nos piores índices, a de Ribeirão Preto concentrava-se nos melhores (http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php, consultado em 23/12/2015). Com esses municípios os assentados criavam e mantinham redes de relações para o provimento das suas necessidades econômicas, de saúde, de educação e de lazer, além de comércio e serviços diversos. Serra Azul, justamente o município mais pobre em arrecadação, atendia as demandas por atenção básica e emergencial à saúde, educação fundamental e assistência social. No Assentamento, havia uma escola de primeiro grau, igrejas Católica e Evangélica, quatro cooperativas e uma associação formalizadas, mas sem infraestrutura administrativa, de produção e comercialização em funcionamento.

O processo de implantação deste Assentamento foi marcado por dois momentos muito distintos, em termos de afinidade ou estranhamento entre os principais agentes sociais envolvidos: órgãos governamentais, movimentos sociais e trabalhadores rurais. O primeiro momento, de 2000 a 2008, abarcou o início da

ocupação até pouco depois da oficialização do Assentamento, quando já se tornaram evidentes os limites e os impasses da implantação da "política compensatória de assentamentos rurais" (Carvalho, 2004). A partir do ano de 2003, as orientações do Banco Mundial para reduzir a pobreza na América Latina foram traduzidas nos planos Fome Zero (2003), nos governos Lula da Silva, e Brasil Sem Miséria (2011), nos governos Dilma Rousseff, como programas de governo que procuravam impulsionar a política social no sentido do combate à fome e à pobreza (Fome Zero) e erradicação da pobreza extrema (Brasil Sem Miséria). O levantamento das políticas públicas destinadas ao fomento da agricultura familiar associadas à tentativa de controle e erradicação da pobreza rural no Brasil, especificamente aquelas destinadas aos assentamentos de reforma agrária, mostrou que, nas últimas décadas, houve uma grande proliferação de programas e outras medidas institucionais como estratégia para garantir soberania alimentar, como forma de acesso aos direitos básicos de cidadania e ao consumo. No entanto, elas ainda foram insuficientes para garantir a reprodução social dos trabalhadores rurais assentados, como procuraremos demostrar.

Que trabalho?

Os depoimentos e a convivência com os trabalhadores revelaram haver um mundo do trabalho, agrícola ou não, muito ativo e intenso no interior do Assentamento, que era definido por uma diversificada combinação de formas de trabalho e estratégias de obtenção de renda sustentada por uma complexa rede de relações estabelecida com as cidades do entorno. As combinações envolviam as seguintes categorias: trabalho no campo autônomo e assalariado; trabalho na cidade autônomo e assalariado. O trabalho não tinha idade, sexo, tempo ou espacialidade definida, mas tinha como característica principal a informalidade dos vínculos e a precariedade das condições de realização.

O trabalho no campo envolvia, especialmente, os homens em idade produtiva auxiliados pelos idosos aposentados ou desempregados, pelos jovens que não conseguiam trabalho na cidade por não terem idade, qualificação e experiência, pelas mulheres que nunca haviam trabalhado fora de casa ou que estavam desempregadas. A pequena produção agrícola consistia de banana, mandioca, legumes, hortaliças e algumas frutas da época; realizava-se, predominantemente, por meio de base técnica artesanal auxiliada por tratores contratados de terceiros somente na etapa de preparação do solo. A comercialização era realizada via PAA -

Programa de Aquisição de Alimentos nos mercados institucionais criados pelo governo federal. A falta de infraestrutura, especialmente máquinas agrícolas apropriadas e irrigação, comprometia o volume e a regularidade da produção, especialmente no período da estiagem, o que tornava incerta a renda familiar. O assalariamento temporário – ou *fazer bico* ou *dar uns pulos* – era uma forma de trabalho utilizada com o intuito de suprir as necessidades e formar um pequeno capital para investir na produção agrícola. No dia a dia, observava-se um intenso movimento financeiro de pequenos valores, que envolvia os assentados entre si e a vizinhança para negociar veículos, máquinas, ferramentas e implementos, animais, sementes, adubos, materiais de construção, entre outros itens, a compra e venda de serviços de construção de casas, de cercas, de instalações elétricas, de concertos em geral. Jovens e idosos revendiam gêneros alimentícios industrializados e outros produtos de utilidade doméstica dentro do próprio Assentamento em pequenos estabelecimentos ou nas imediações.

Era também comum entre os assentados a contratação de diaristas para realizar o trabalho mais pesado na lavoura. Esta era uma prática realizada, sobretudo, pelos mais capitalizados que contratavam outros assentados nos momentos de necessidade, e também pelos idosos e mulheres sozinhas, que precisavam produzir para justificar a presença no lote, mas, cujas condições físicas ou mesmo a falta de costume não lhes permitiam trabalhar na lavoura. Eles tanto eram contratados como contratavam. Por exemplo, quem era habilitado para operar trator oferecia serviço como tratorista e contratava diaristas para trabalhar no seu lote. Configurava-se um mercado de trabalho informal onde, nas palavras dos próprios trabalhadores, as pessoas *se viram*, *dão uns pulos*, táticas de sobrevivência desenvolvidas para sustentar a família e investir no lote, mantendo-se no Assentamento. O próprio projeto de implantação do Assentamento gerava possibilidades de remuneração dos assentados ao realizar as obras de infraestrutura a partir da organização de frentes de trabalho. O processo de construção das casas foi planejado para ser executado em regime de mutirão com recursos previstos para o pagamento de serviços de pedreiros oferecidos pelos assentados, assim como a abertura dos canais para a instalação da rede hidráulica e, mais recentemente, a construção de pequenas estruturas para o processamento da mandioca e maturação da banana.

O trabalho na cidade era mais comum entre as mulheres e os jovens; os homens adultos trabalhavam, temporariamente, na colheita da cana e do café, na

construção civil ou eram jardineiros, operadores de máquinas agrícolas quando o orçamento doméstico exigia. As mulheres, geralmente, eram diaristas e prestavam serviços de limpeza em domicílios ou estabelecimentos comerciais (faxineiras); os jovens trabalhavam no comércio (bares e lanchonetes), na indústria (metalúrgico, mecânico) e prestavam serviços como motoristas, pedreiros, seguranças.

Em suma, a configuração do trabalho parecia um caleidoscópio, cujo movimento que definia as atividades para o conjunto das famílias era condicionado por múltiplos fatores: a existência de recursos para investir na produção agrícola, de assistência técnica constante e voltada para os interesses e as reais possibilidades de produção e comercialização dos assentados, dos dispositivos legais e institucionais de restrição ao uso dos recursos naturais, de canais seguros de comercialização, das condições de oferta de empregos no mercado de trabalho (rural e urbano) nas cidades do entorno. Especificamente para cada família, este movimento dependia ainda do número de braços disponíveis para trabalhar no campo e na cidade, das características dos seus membros em termos de idade, escolaridade e experiência de trabalho anterior, das expectativas e dos projetos de trabalho e de vida que cada um constrói para si. As imagens mais evidentes do caleidoscópio eram formadas, principalmente, por famílias que possuíam: 1. Todos os membros trabalhando, exclusivamente, no campo; 2. Parte dos seus membros trabalhando, exclusivamente, no campo e parte, exclusivamente, na cidade; 3. Membros que trabalham, sazonalmente, no campo e/ou na cidade, dependendo das condições favoráveis do clima para produção agrícola e das condições de oferta de empregos no mercado de trabalho, rural e/ou urbano; 4. As situações 2 e 3 combinadas na mesma família.

Em todas as situações, o que se destaca é a precariedade dos vínculos e das condições de realização do trabalho no campo ou na cidade, o que não diferenciava o presente do passado desses trabalhadores. Alguns autores chamam de pluriatividade, esta combinação de atividades desenvolvidas no campo e/ou na cidade ou trazidas da cidade para o campo e vice-versa que extrapolam o setor agropecuário (Schneider, 2009). No entanto, o conceito de reproletarização é mais próprio para analisar a situação do Assentamento porque esses trabalhadores, ao ocuparem a área, estavam em busca de: 1. fugir das incertezas e do despotismo das relações de trabalho assalariadas e da insegurança do modo de vida urbano; 2. um lugar para enraizar, para escapar das rotas migratórias que, inexoravelmente, os levavam ao trabalho volante e temporário na cidade e no campo.

Esta configuração do trabalho interferia negativamente no processo de emancipação das famílias porque as atividades realizadas fora do lote, necessárias para as pessoas *se virarem* enquanto o assentamento *não virava*, acabava consumindo o tempo e a motivação necessária para que eles pudessem investir em projetos próprios de exploração das terras e no processamento da matéria prima ali produzida. Apesar de o tamanho dos lotes não ultrapassar quatro hectares, depois de dez anos de ocupação ainda havia terras por cultivar. Também por este motivo os trabalhadores ausentavam-se da gestão das cooperativas criadas para acessar os recursos públicos. Trabalhar na cidade para complementar a renda ou mesmo formar o capital necessário para investir diante da dificuldade de obtenção de crédito comprometia a criação de um projeto de organização que tivesse como horizonte as relações de trabalho e de poder menos assimétricas, pois a gestão concentra-se em uma só figura de poder. Enquanto os assentados permaneciam nessas diferentes atividades, as cooperativas e associações existentes eram vistas como coisa alheia, apenas como intermediadoras das relações com os mercados institucionais. O trabalho cooperado permanecia como abstração, mediado por um modelo compulsório e burocrático de cooperativismo, típico do mundo rural brasileiro.

Toda ajuda é bem-vinda para quem está no "ponto morto"

No que se refere às políticas públicas destinadas à implantação do Assentamento, dos 70 entrevistados, 64 (91%) acessaram o Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, 62 (88%) os Créditos de Custeio e 67 (95,5%) o Crédito Habitação. A maioria acessou o Pronaf pela primeira e única vez em 2005 e, nas safras seguintes, muitos acessaram por duas vezes consecutivas o Crédito de Custeio; o acesso ao Crédito Habitação ocorreu na mesma época. Os trabalhadores reconheciam que os recursos do Pronaf significaram um "empurrãozinho" ou "ajuda" na fase de oficialização do Assentamento porque, depois de mais de cinco anos vivendo debaixo da lona preta, eles não tinham como (re) começar a vida. As menções aos aspectos negativos abrangiam três tipos diferentes de ideias: as que se referiam aos prejuízos por falta de assistência técnica ou problemas climáticos; as que tratavam da falta de clareza sobre as regras de acesso e uso dos recursos; as que remetiam ao temor do endividamento; e as que remetiam à obrigatoriedade do sistema de compras e aplicação coletiva dos recursos. Este último foi o principal problema porque não houve tempo para trocar ideias e amadurecer um consenso mínimo sobre o que e como fazer. Os assentados explicavam que a má aplicação do

dinheiro e a falta de assistência técnica inviabilizaram o investimento em tecnologia apropriada e o desenvolvimento de linhas de produção diversificadas que pudessem dar retorno econômico suficiente para manter as famílias e pagar os empréstimos. Os investimentos foram perdidos pelo mau uso, a venda e a depreciação das máquinas e equipamentos e "(...) dinheiro [do Pronaf] virou televisão, panela de pressão, tanquinho de lavar roupas."

Nem todos os assentados tinham clareza sobre a sua situação junto ao Banco do Brasil: nove estavam em dia com os pagamentos, 14 em atraso, cinco com parte em dia e parte em atraso e 21, que estavam inadimplentes, quitaram as dívidas com 80% de desconto no final de 2014 (Decreto 8.177, de 27/12/2013 do Conselho Monetário). Os que acumularam certa reserva de dinheiro ou tinham como obter de outras fontes aproveitaram a oportunidade para negociar a dívida atrasada com desconto atrativo para "limpar o nome". Parte dos que acessaram os créditos de custeio, mesmo em dia com a dívida, estavam incluídos no Cadin – Cadastro dos Inadimplentes e aguardavam decisão judicial sobre o assunto. Os que estavam adimplentes revoltaram-se com o decreto que beneficiou os inadimplentes "(...) o próprio governo incentiva a gente a ser caloteiro (...)"; alguns entraram em débito para se beneficiarem com a negociação e o desconto. Lição aprendida: não vale à pena pagar o Pronaf em dia, é preciso esperar uma oportunidade para negociação. A pergunta sobre a motivação para um novo acesso teve diferentes respostas, baseadas na experiência vivida. As afirmativas eram acompanhadas da condição fundamental para fazer bom uso do dinheiro: ter liberdade para decidir sobre o que fazer e ter assistência técnica; as negativas continham uma reflexão sobre qual seria o papel do crédito no empreendimento pretendido. O problema em relação ao Pronaf foi que: "(...) o Incra fecha os carneiros junto com o leão ... o leão sobrevive, mas o carneiro não." A exigência de aplicação coletiva era devida ao descrédito do Estado em relação à capacidade dos assentados de reforma agrária para aplicarem "corretamente" os recursos. Para demonstrar a sua competência para administrar os recursos e gerenciar a dívida, um assentado que acessou Pronaf pela segunda vez, individualmente, fez o seguinte cálculo: "O trator custou 108 mil reais e, no mínimo, vai dar mil por mês [de retorno]. Preciso economizar 750 reais por mês, 9 mil no ano, em 10 anos 90 mil. A minha dívida é de 86 mil."

Lamentavelmente, as avaliações dos beneficiários não repercutem no processo de implantação do Programa porque, como revelou o levantamento da produção acadêmica sobre o Pronaf realizado por Mattei (2006), o envolvimento dos

beneficiários no processo de definição e implantação das diversas linhas de crédito é extremamente baixo e precário, o que torna a gestão social do Programa incipiente e burocratiza o seu funcionamento. Mas, se o Estado “fecha o leão com os carneiros”, obviamente, a voz do carneiro não será ouvida porque ele não sobreviverá às garras do leão.

Além do mau uso dos créditos, os canais disponíveis para comercializar a produção nem sempre contribuíram para repor o capital investido e reiniciar o ciclo produtivo. A comercialização do excedente era realizada nos mercados institucionais criados pelo PAA e pelo Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar, e no varejo, direta e/ou indiretamente. Das 36 famílias entrevistadas em 2015, 35 (97,5%) comercializavam via PAA (que os assentados chamavam de Conab), sendo esta a mais importante estratégia, e apenas três famílias (8,3%) também comercializavam com o Pnae. Em 2016, o número de famílias que comercializavam com o PAA diminuiu de 35 para 23 (65,7%) e o número de famílias que comercializava por meio do Pnae quase quintuplicou, aumentando de três, em 2015, para 16, em 2016, (433,3%). Não é de estranhar que o número de famílias que comercializavam via PAA tenha diminuído de 2015 para 2016 porque neste ano diminuíram os recursos e o número de agricultores cadastrados (Cardoso e Beghin, 2016). Estranho foi o aumento repentino da participação no Pnae que, em 2015, era considerado pelos entrevistados um programa quase inacessível por ser de funcionamento mais complexo, burocrático e exigente com relação aos tipos e qualidade dos produtos, prazos e regularidade das entregas. Em várias entrevistas foi perceptível a “confusão com as letrinhas”. Embora os entrevistados diferenciassem os Programas chamando de Conab o PAA e de merenda o Pnae, pode ser que nem todos soubessem, exatamente, por meio de qual programa estavam comercializando. Destaca-se que as informações foram obtidas por meio do depoimento dos assentados, e não da consulta aos documentos das cooperativas que os representavam junto aos programas e nem nas bases de dados oficiais, porque o nosso objetivo era o de compreender a perspectiva dos trabalhadores.

A comercialização com os intermediários (atravessadores) era a segunda estratégia de comercialização mais importante, utilizada por mais de 70% das famílias entrevistadas. Estes, personagens comuns no Assentamento, eram de dois tipos: os “de dentro”, ou seja, assentados que tinham pequenos veículos apropriados para transportar mercadorias e comercializavam não só a própria produção, mas também compravam dos que não comercializam por si próprios; os “de fora”,

feirantes, ambulantes ou pequenos comerciantes do entorno que abasteciam os seus negócios com a produção do Assentamento. Aproximadamente, 30% dos entrevistados desenvolviam esquema próprio de comercialização com os atravessadores e/ou comercializavam, diretamente, nas margens da rodovia que corta o Assentamento e nas imediações do vizinho Presídio de Serra Azul que proporcionava público cativo de consumidores para os produtos e serviços oferecidos pelos assentados. A disputa pelo "melhor ponto" de comercialização causava conflitos; os que tinham o privilégio de ter o lote próximo ao Presídio construíram barracas que locavam para os vendedores de refeições em marmitas, de pães, doces, lanches, frutas e hortaliças, entre outros, exploravam a locação de vagas para estacionamento e para a colocação de barracas de *camping*.

O PAA era visto como um canal de comercialização mais seguro, mais cômodo e com preços mais atrativos, menos exigente em relação à qualidade e que aceita uma grande diversidade de produtos. "Se não fosse a Conab, o que seria?" (...) "Dinheirinho que vem no fim do ano que salva a gente". Mas, o baixo montante das cotas, o curto período de manutenção do Programa no ano agrícola, o descompasso entre o momento da colheita e o da aprovação dos contratos, a morosidade e os custos financeiros da burocracia, a percepção de irregularidades no funcionamento, os privilégios recebidos pelos que estavam, politicamente, mais próximos dos dirigentes das cooperativas e, principalmente, as incertezas em relação às renovações de contrato e os constantes atrasos de pagamentos abalavam a confiança no Programa como mecanismo de estruturação da produção e da comercialização. "(...) às vezes ajuda, às vezes atrapalha."; "Para mim é um prego no sapato (...) É bom, quando o dinheiro chega (...) não é uma coisa de confiança, a gente não pode fazer uma compra, uma prestação porque não tem dia certo para pagamento."; "Ajuda, mas não é assim: ohhh!"; "(...) ela vem num período em que o povo não tem condição de produzir [fora do calendário agrícola], esse é o problema da Conab."

Esses motivos não permitiam que os trabalhadores tivessem com o Programa uma relação de exclusividade para comercializar os produtos. "(...) demora a pagar e paga pingado. Atravessador é o que garante o dia a dia." Como diziam, o atravessador "salva do sufoco", mas a prudência mandava considerar também as incertezas inerentes ao comércio de rua. Equacionando as vantagens e desvantagens de cada esquema de comercialização, eles planejavam a economia doméstica. A comercialização direta, com atravessadores ou não, mesmo informal,

provisória e incerta, mantinha a rotina doméstica de gastos (alimentação, energia, transporte) porque era venda à vista, dinheiro “vivo” que caía diretamente no bolso. Por causa dos atrasos do pagamento, a comercialização por meio do PAA funcionava mais como uma espécie de “poupança” (sem correção do valor), pois o montante acumulado devido aos atrasos era pago de uma vez, o que tornava possível utilizar o recebido para pagar dívidas ou investir no lote. No geral, financeiramente, comercializar via PAA era considerado muito vantajoso, mesmo com os atrasos, porque os preços praticados eram superiores aos dos mercados e os trabalhadores aprenderam a utilizar o “dinheiro reunido” como “poupança”.

O principal problema apontado estava no funcionamento cotidiano do Programa. As falas revelaram um “jogo de empurra” sobre de quem seria a culpa dos atrasos: os assentados responsabilizavam os dirigentes das cooperativas; estes responsabilizavam os assentados ou os funcionários dos escritórios contábeis que providenciavam os documentos ou os técnicos da Conab. “Como que eu avalio este projeto? A gente entrega as coisas mas, olha! o pagamento demora demais. “(...) burocracia de documento que é o mais complicado de tudo”.

A ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural continuava como um dos grandes problemas que desarticulava os tempos da produção e da comercialização. Oferecida no escopo do Plano Brasil Sem Miséria e de modo terceirizado, os técnicos dividiam-se entre a assistência técnica, propriamente dita, e o atendimento das demandas assistenciais dos assentados (documentação, aposentadoria, entre outros) porque era uma das linhas de ação do Plano. Entre os principais problemas estavam, de um lado, o número insuficiente, o excesso de atribuições e a falta de preparação dos profissionais para lidar com as demandas e, de outro, os problemas e desafios colocados pelo processo produtivo agroecológico e a falta de conhecimento apropriado dos trabalhadores para lidar com eles. Esses [crônicos] problemas e a falta de recursos e de criatividade para lidar com eles contribuíam para fortalecer ainda mais as relações de dependência entre trabalhadores e técnicos. Apesar dos avanços recentes na lei e nas políticas públicas de ATER, na prática, havia uma grande distância entre a formação e os interesses dos técnicos em relação aos dos assentados.

Outra parte da renda dessas famílias era oriunda dos programas de proteção social que integravam o sistema nacional de políticas sociais (Ipea, 2011), entre eles, o PBF – Programa Bolsa Família, as aposentadorias e pensões. 30 (43%) das 70 famílias tinham pelo menos um dos seus membros que recebiam aposentadoria

por idade, tempo de serviço ou invalidez, 25 (36%) era beneficiária do PBF, nove (13%) tinha, pelo menos, um dos seus membros que recebia pensão, oito (11,4%) havia recebido ou recebia outros tipos de benefícios sociais, podendo uma mesma família ter acesso a mais de um benefício. Das 70 famílias entrevistadas, 26 (37%) não tinham acesso a nenhum programa ou benefício no momento da entrevista, mas referiram ter tido no passado. Havia um considerável número de idosos, o que explica a expressiva participação das aposentadorias na composição da renda familiar. Os beneficiários do PBF configuravam 43%, mas muitos entrevistados referiram terem recebido no passado e que haviam perdido o benefício sem saberem o motivo. Benefícios do tipo auxílio-doença, jovem aprendiz, pensão alimentícia para criança, Ação Jovem, Cartão Cidadão foram citados com menor frequência.

É importante apontar o problema da qualidade da informação na pesquisa sobre políticas públicas. São conhecidos os problemas de confiabilidade dos sistemas de informação alimentados pelos governos em várias áreas, dados os interesses que eles procuram privilegiar. Por isto, as informações que dizem respeito ao processo de elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas devem ser analisadas considerando o contexto institucional que as criou, implantou e avaliou. No que se refere ao Assentamento, evidenciou-se o grau de desconhecimento e desinformação da população sobre os seus direitos, o modo de funcionamento das políticas que os beneficiavam, quais recursos estavam disponíveis na modalidade fundo perdido e quais seriam ressarcidos e como seriam reajustados, desconheciam ainda para quem e quanto eles deviam. Não havia nenhum tipo de controle social sobre as políticas que ali estavam sendo implantadas. Alguns mal sabiam o nome da cooperativa a qual estavam filiados; outros não sabiam se deviam e para quem deviam os recursos aplicados na construção da casa; outros ainda participavam do PAA há muito tempo, mas não conheciam os motivos dos atrasos de pagamento e com quem dividiam as cotas; faziam empréstimo no banco e não tinham noção de quando terminariam de pagar e como seriam reajustadas as prestações, entre outras questões. O desconhecimento das regras os tornava presas fáceis para os aproveitadores e documentos eram assinados sem conhecer o conteúdo, os mesmos papéis eram assinados várias vezes sob a alegação de que as assinaturas anteriores foram invalidadas.

O desconhecimento dos direitos e a falta de informações precisas e confiáveis sobre o modo de funcionamento das políticas públicas faziam crescer as dúvidas e

as desconfianças dos assentados em relação às pessoas e às instituições governamentais e comunitárias e revelavam assimetrias abismais de poderes. Prevalecia um tipo de controle social insuficiente para garantir democracia e igualdade na distribuição dos recursos, porque estava baseado nas denúncias informais feitas no espaço privado, no âmbito da própria família e das rodas de conversas entre amigos, o que fazia crescer o volume de conflitos e o processo de fragmentação política. Os recursos não garantiam trabalho estável e renda. Eles existiam, mas chegavam lentamente, aos pedaços e sem a devida sincronia e planejamento na aplicação por causa da burocracia e das questões político-partidárias que interferiam na gestão pública. Eram sempre insuficientes para repor a crônica descapitalização (material e simbólica) dos trabalhadores, herdada com as experiências de migração, trabalho precário e desemprego. Se, de alguma forma, os recursos capitalizavam as famílias e impulsionavam o desenvolvimento de uma economia de subsistência, os agentes mediadores programavam a aplicação sem respeitar as especificidades locais e regionais e não ofereciam aos trabalhadores alternativas para escolher os projetos produtivos e as formas organizativas para executá-los. A falta de assistência técnica e de preparação dos trabalhadores para a gestão autônoma dos seus negócios, em longo prazo, provocava o endividamento, a falência e o abandono dos projetos.

A insegurança social da condição de assentado deixava esses trabalhadores “no ponto morto”, como disse Castel (2004), em relação ao assentamento e ao seu próprio destino. O grau de insegurança social pode ser melhor avaliado se associarmos o desconhecimento e a falta de controle dos sujeitos sobre aspectos práticos das suas vidas (dívidas, transações comerciais) e o número de denúncias e de reclamações que circulavam entre as pessoas. Estabelecia-se um esquema assimétrico de poderes que colocava, de um lado, a comunidade vulnerável e, de outro, poderes que combinavam posturas tecnicistas, políticas e messiânicas.

As representações sociais sobre a situação vivida

As representações sociais sobre trabalho coexistiam de modo contraditório, principalmente, aquelas que remetem ao trabalhador rural assentado identificado com o “camponês”, que tem as raízes fincadas na terra como meio de trabalho e na tradição como modelo de organização do trabalho e da vida familiar, e aquelas que o identificam com os produtores rurais “empreendedores”, que anseiam participar, ativamente, dos mercados em condições ideias de concorrência.

É importante problematizar a ideia também presente no discurso dos trabalhadores assentados de que as condições de vida melhoraram porque a condição de vida anterior não pode ser tomada como parâmetro de comparação. Obviamente que, do ponto de vista dos sujeitos, a vida melhorou porque ter moradia fixa e segurança alimentar foi uma conquista importante para quem antes vivia migrando em busca de trabalho. Porém, eles também vivenciavam um conjunto de inseguranças depois de assentados, relacionadas à precariedade dos vínculos de trabalho na cidade e no campo, à falta de título de posse da terra e de controle social sobre as políticas públicas. Além disso, muitas moradias ainda estavam inacabadas e nenhuma delas tinha saneamento básico, a renda familiar nem sempre permitia acumular capital para investir na produção, a comunidade dependia das cidades do entorno para ter acesso à educação e à saúde e, principalmente, a mobilização política para exercer a vigilância e o controle social sobre esses problemas vinha perdendo força.

Esta afirmação pode ser respaldada pela representação de política pública como “ajuda”, como benefício ainda indispensável para permanecer no Assentamento. As palavras mais ouvidas foram “ajuda” e “não sei”. As aposentadorias permitiam que os idosos superassem as dificuldades dadas pela impossibilidade de trabalhar no ritmo exigido pelas atividades agrícolas e contratassem força de trabalho complementar. O PBF garantia os itens de alimentação que a família não produzia no lote e material escolar. “Bolsa Família, graças a Deus! e Bolsa Escola.”; “Bolsa Família e Bolsa Escola ajudam porque a gente não tira dinheiro por mês, não tem renda fixa.”; “(...) significa muito, ajuda. A gente conta com esse dinheirinho, é do pão da criança, do leite, da bolacha, do material para ajudar na escola.”; “Não tem renda nenhuma, não tem salário, só de Deus.” Além de significar “ajuda” e uma espécie de “renda fixa” esses recursos eram importantes porque a instabilidade da produção e da comercialização, assim como as incertezas de obtenção e manutenção dos empregos nas cidades, fazia destes benefícios uma espécie de porto seguro, onde as famílias poderiam ancorar o barco e evitar que ele afundasse totalmente.

Mas, os mecanismos de distribuição eram obscuros. Entender o que é direito como “ajuda” significa que os recursos, em si, não são suficientes para resolver os problemas, são paliativos que minimizam as carências por meio de filantropia ou caridade, mas deixam os assentados dependentes. Como elas não resolvem os problemas estruturais, funcionam como uma espécie de *feitiço* como definiu Mota

(1987) em "*O feitiço da ajuda*", porque a "assistência aos carentes" não liberta os trabalhadores da pobreza, mas os prendem, cada vez mais, aos esquemas de controle político. O não esclarecimento dos mecanismos de concessão e retirada de benefícios, a falta de clareza e de diferenciação entre as suas várias modalidades e, consequentemente, o obscurantismo que envolvem os critérios de distribuição são ingredientes importantes para manter a eficácia do feitiço. Com ares de modernidade no discurso governamental e pautadas em concepções exógenas de desenvolvimento rural, na prática, tais políticas acabavam reproduzindo a [secular] cultura assistencial paternalista vigente na sociedade brasileira, reforçavam a heteronomia, a condição de "assistidos" e instalavam um determinado padrão de consumo mas, não promoviam a inclusão produtiva o que, para Castel (2004), é o que poderia, de fato, ajudar o sujeito a sair do "ponto morto".

O que dizer dessas estratégias de reprodução social? Qual é o problema de não ser nem trabalhador rural e nem urbano ou de ser trabalhador "*faz tudo"* e "*andorinha"*? Qual é o problema de ter os direitos sociais assegurados por meio das políticas públicas? O problema é político e organizativo. A falta de condições objetivas para projetar a vida e o futuro gerava um sentimento de desamparo e de impotência, um desgaste que afetava diferentemente a saúde de cada um e, sobretudo, afetava o processo organizativo do grupo que, aos poucos, vinha perdendo a unidade política e, cada vez mais, investia nas ações individuais em detrimento das coletivas. Entre o ideário "empreendedor" que entende o rural como oportunidade de negócio e o ideário "camponês" que entende a agricultura como modo de vida, por meio do trabalho os sujeitos forjavam identidades contraditórias e crescia a assimetria de poderes e a diferenciação social entre eles. As políticas públicas de controle e erradicação da pobreza também ocupavam um lugar contraditório no processo organizativo: de "ajuda*"* e de controle político dos pobres como aponta o estudo de Santos, Santana e Paiva (2013).

De projeto em projeto, o processo organizativo do Assentamento tem vivido ciclos de latência e de agitação, mas permanece a dependência das famílias das forças externas. O problema é que o que vem "de fora", "do outro", é "ajuda", mas também significa controle externo, é burocrático, não permanece, não é incorporado ou é incorporado inadequadamente pelos assentados. Eles aderiam porque visualizavam uma perspectiva para mudar de vida e, na prática, não tinham alternativas. No entanto, dificilmente apropriavam-se do conhecimento que a experiência promovia para dar continuidade às ações. Quem se apropriava, o fazia

no sentido de desenvolver um projeto próprio. Criavam-se grandes expectativas de transformação que, via de regra, eram frustradas porque os “de fora” permaneciam por tempo limitado.

Apesar de “*se virarem*”, ou seja, de articularem um conjunto de estratégias de reprodução social, eles permaneciam no *ponto morto*, porque as estratégias, predominantemente, individuais os movimentavam sem que saíssem do lugar, da posição social em que eles sempre estiveram.

Referências Bibliográficas

Bourdieu, P. (1998). A precariedade está hoje por toda a parte. In _____. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal, pp. 119-127. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Cardoso, A. e Beghin, N. (2016). PAA: uma promessa sob ameaça. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos. (Nota Técnica 188).

Carvalho, H. M. de. (2004). Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. *Revista NERA – Núcleo de Estudos da Reforma Agrária*, ano 7, no. 5, pp. 113-122.

Castel, R., Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayard.

_____ (2004). *La inseguridad social*. ¿Qué es estar protegido? Buenos Aires, Manantial.

Firmiano, F. D. (2016). O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Gomes, T. P. de S., Ferrante, V. L. S. B. (2012). Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. Retratos de Assentamentos, v. 15, n. 1, pp. 157-185.

Gonçalves, J. C. (2010). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável?* a difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP. (Mestrado em Sociologia). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA. 376p.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In _____. *As representações sociais*, pp. 17-43. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Kalleberg, A. L. (2009). O crescimento do trabalho precário. Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 21-31.

Martins, J de S. (1997). *Exclusão social e a* Paulo, Paulus.

_____. (2003). *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

Mattei, L. (2006). Pronaf 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa. Brasília (DF): MDA/SAF. (Relatório de Pesquisa).

Melo, T. G. (2015). *Sentidos do trabalho e formas de participação*: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.

Menezes, F., Santarelli, M. (2013). *Da estratégia "Fome Zero" ao plano "Brasil Sem Miséria"*: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE.

Mota, A. E. da. (1987). O feitiço da ajuda. As determinações do Serviço Social na Empresa. (2ª. Ed.). São Paulo, Editora Cortez.

Santos, L. T., Santana Jr., G. e Paiva, D. M. (2013). O Banco Mundial e as políticas de combate à pobreza na América Latina: uma análise crítica sobre seus relatórios de 1999 a 2006. Revista Debate Econômico, 1(1), pp. 102-123.

Scopinho, R. A. (2012). *O processo organizativo de assentamentos rurais:* trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo, Annablume: Fapesp.

_____. (2014). Políticas públicas e o lugar do jovem no mundo rural. In Coutinho, M. C. *et al* (Org.) *Psicologia Social do Trabalho:* olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, pp. 92-117. Porto Alegre, Editora da Abrapso.